



EDITAL NÚMERO 644/2019

--- **BASÍLIO ADOLFO DE MENDONÇA HORTA DA FRANCA, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA.** -----

---**FAZ PÚBLICO QUE**, foi celebrado no dia 20 de novembro de 2019, entre o Município de Sintra e a Área Metropolitana de Lisboa, o contrato interadministrativo n.º 676/2019, de cooperação, comodato e financiamento para implemetação de Sistemas de Videovigilância Contra Incêndios no Parque Natural Sintra-Cascais e em Maфра, ao abrigo das atribuições dos municípios no domínio da proteção civil e ambiente, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual está disponível para consulta na página oficial da Câmara Municipal de Sintra, em www.cm-sintra.pt, conforme o disposto na sua cláusula 10.^a. -----

---Para constar, passei o presente Edital que vai por mim assinado e vai ser afixado nos lugares públicos habituais, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da outorga do contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Sintra e Paços do concelho, 16 de dezembro de 2019. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,



Contrato Interadministrativo nº 676 / 2019

de cooperação, comodato e financiamento para implementação Sistema de Videovigilância Contra Incêndios no Parque Natural Sintra-Cascais e em Mafra

Considerando que:

- No âmbito do Eixo Prioritário 2 do *Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos* (POSEUR), cujo objetivo temático consiste na promoção da adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos, a Área Metropolitana de Lisboa (adiante referida como AML), nos termos da subalínea iii) da alínea d) do nº 2.1 do artigo 82º do Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, anexo à Portaria nº 57- BA/2015, de 27 de fevereiro, na redação conferida pela Portaria nº 238/2016, de 31 de agosto, apresentou candidatura no âmbito do Aviso POSEUR 10-2016-76 da operação denominada “Área Metropolitana de Lisboa – Implementação de Sistema de Videovigilância Contra Incêndios no Parque Natural Sintra-Cascais e em Mafra”;
- O POSEUR visa o reforço da gestão face aos riscos, assegurando a capacidade - de resistência às catástrofes e o desenvolvimento de sistemas de gestão de catástrofes, conforme a prioridade de investimento – 5ii, através de Instrumentos de Planeamento, Monitorização e Comunicação, enquadrando-se a candidatura apresentada na Secção 12 do Regulamento Específico supra identificado, intitulada “Adaptação às Alterações Climáticas e Prevenção e Gestão de Riscos” - Eixo 2;
- Em concreto, a tipologia da operação visa o reforço dos sistemas de informação e de monitorização de suporte a planos de prevenção de âmbito nacional, distrital, supramunicipal ou municipal de riscos, de sistemas de videovigilância e alerta, incluindo o sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais e da Rede de Alerta Geofísico Precoce e do Sistema de Alerta e Aviso à População;
- A apresentação da candidatura foi objeto de deliberação, no âmbito AML, em 2017, tendo então merecido a concordância em termos perfunctórios do Município de Sintra;
- A candidatura apresentada pela AML teve por objetivo a implementação de um sistema de vigilância contra incêndios no Parque Natural Sintra-Cascais e em Mafra, assente no

a. . .

. . m. área
. l. . metropolitana
de lisboa



desenvolvimento da videovigilância florestal e de aquisição de dados para monitorização de incêndios;

- A área que se pretende cobrir com a implementação do sistema no Parque Natural Sintra-Cascais e em Mafra abrange os municípios de Cascais, Mafra e Sintra;
- No âmbito da operação, a AML pretende:
 - (i) instalar um número mínimo de 6 Torres de Videovigilância e Apoio à Decisão, equipadas com câmaras de vídeo e restantes equipamentos necessários à operação;
 - (ii) instalar um Centro de Controlo e Gestão, no Comando Territorial de Lisboa da Guarda Nacional Republicana (GNR), um posto de operação no Comando Sub-regional de Lisboa da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e interfaces da aplicação para acesso ao sistema nos centros de proteção civil dos Municípios de Cascais, Mafra e Sintra;
 - (iii) instalar uma rede de comunicações entre os vários locais;
 - (iv) desenvolver todos os serviços técnicos para a implementação do sistema.
- Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 67.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constitui atribuição da AML assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central nos domínios, entre outros, da conservação da natureza e recursos naturais e da segurança e proteção civil;
- A implementação de um sistema de vigilância contra incêndios no Parque Natural Sintra-Cascais e em Mafra, assente no desenvolvimento da videovigilância florestal e de aquisição de dados para monitorização de incêndios, tem total cabimento na previsão legal constante na alínea e) do n.º 2 do artigo referido no ponto anterior;
- Por sua vez, os Municípios detêm atribuições nos domínios da proteção civil e ambiente, de acordo com o disposto nas alíneas j) e k) do n.º 2 do artigo 23º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, respetivamente;
- Para a implementação de um sistema de vigilância contra incêndios no Parque Natural Sintra-Cascais e em Mafra, serão adquiridos bens e equipamentos, os quais serão cedidos, a título de comodato, à Autoridade Nacional de Proteção Civil, à Guarda Nacional Republicana, e aos Municípios de Cascais, Mafra e Sintra;
- As relações de índole convencional entre a Área Metropolitana de Lisboa e o Município de Sintra, devem ser formalmente concretizadas através de um contrato interadministrativo;



- O presente contrato encontra-se, sem prejuízo da sua componente pontualmente civilística quanto ao instituto do comodato, subordinado a um regime substantivo de Direito Público, que resulta, exatamente, da funcionalização do seu regime jurídico à prossecução de um interesse público inserido nas atribuições das entidades administrativas contratantes, enquanto “ponto de encontro de duas gestões públicas”.

Entre:

1ª – **ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**, pessoa coletiva nº 502826126, com sede na Rua Cruz de Santa Apolónia, nº 23, 25 e 25 A, 1100-187 Lisboa, neste ato representada pelo Primeiro Secretário Metropolitano, Carlos Humberto de Carvalho, adiante designada por **Primeira Outorgante**

E

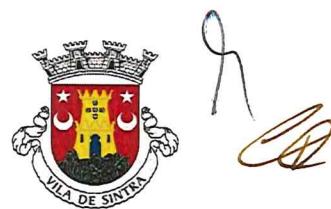
2º – **MUNICÍPIO DE SINTRA**, com sede em Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra, contribuinte n.º 500 051 062, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca, nos termos das alíneas a) e f) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **MUNICÍPIO** ou **SEGUNDO OUTORGANTE**;

É reciprocamente e livremente acordado de boa-fé e reduzido a escrito o presente Contrato Interadministrativo, nos termos dos considerandos supra e das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

1. O presente Contrato Interadministrativo (de ora em diante referido como Contrato) tem por objeto a concretização do processo de cooperação entre os outorgantes para implementação de um sistema de vigilância contra incêndios no Parque Natural Sintra-Cascais e em Mafra, assente no desenvolvimento da videovigilância florestal e de aquisição de dados para monitorização de incêndios.
2. O presente Contrato tem ainda em vista a formalização da cedência da **Primeira Outorgante** ao **Segundo Outorgante**, a título de comodato, de bens e equipamentos integrantes do sistema de vigilância contra incêndios a implementar, concretamente os



afetos às Torres de Videovigilância, sitas na respetiva circunscrição territorial.

3. O comodato referido no número anterior não interfere ou prejudica o comodato que a **Primeira Outorgante** estabeleça com:
 - a) A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, quanto a bens e equipamentos afetos ao Posto Operacional;
 - b) A Guarda Nacional Republicana, quanto a bens e equipamentos afetos ao Centro de Gestão e Controlo e rede de comunicações;
 - c) Os Municípios de Cascais e Mafra quanto a bens e equipamento afetos às Torres de Videovigilância, nas respetivas circunscrições territoriais.
4. O presente Contrato define, ainda, a comparticipação devida pelo **Segundo Outorgante** à **Primeira Outorgante** no âmbito do investimento realizado que não se encontre coberto pelo financiamento do POSEUR.
5. Constitui causa de caducidade e de inexecução do presente Contrato, invocável por qualquer das Partes Outorgantes, a inexistência de financiamento no âmbito do POSEUR.

CLÁUSULA SEGUNDA

Partes Outorgantes

As **Partes Outorgantes** são as melhor identificadas no início do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

Vigência do Contrato, Revisões e Alterações

1. O presente Contrato vigorará a partir da data da sua assinatura e pelo período de 5 (cinco) anos após o encerramento da operação objeto de cofinanciamento comunitário, sendo prorrogável nos termos e por acordo entre as partes.
2. A prorrogação referida no número anterior deve ocorrer por acordo expresso das partes, sendo antecedida de prévia deliberação dos órgãos competentes das Partes Outorgantes, só sendo válida se constar de documento escrito, respeitando a forma e solenidade do presente Contrato.
3. O referido no número anterior aplica-se a quaisquer revisões ou alterações ao teor do presente Contrato bem como a Contratos adicionais.
4. Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 e 3 da presente Cláusula, as **Partes Outorgantes**



comprometem-se, desde já, a proceder às alterações ao presente contrato que vierem a resultar ou que sejam impostas pela aprovação da candidatura ao POSEUR, ou por força de recomendações ou imposições proferidas pelas entidades que exercem poderes de tutela administrativa.

CLÁUSULA QUARTA

Obrigações da Primeira Outorgante

Considerando que todos os equipamentos, infraestruturas e direitos de utilização do software integrantes do sistema de vigilância são propriedade da AML, constituem obrigações da **Primeira Outorgante**:

- a. Lançar, ao abrigo do regime previsto no Código dos Contratos Públicos, o procedimento concursal tendente à aquisição dos bens e equipamentos necessários à implementação do sistema de vigilância;
- b. Dar conhecimento, por escrito, ao **Segundo Outorgante** e no prazo de 30 dias, dos Autos de Entrega dos bens e equipamentos às entidades comodatárias das restantes componentes do sistema;
- c. Prestar ao **Segundo Outorgante** toda a informação relativa ao cumprimento do presente Contrato.

CLÁUSULA QUINTA

Obrigações do Segundo Outorgante

1. Constituem obrigações do Segundo Outorgante:
 - a. Providenciar, em articulação com a AML, ANPC e GNR, as condições para as visitas aos locais identificados nas peças do procedimento de contratação pública a lançar pela **Primeira Outorgante** que se situem na respetiva circunscrição territorial e que venham a ser solicitadas pelos interessados no referido procedimento;
 - b. Dispor, no prazo máximo de 60 dias, de todas as autorizações e licenças para instalação das torres de videovigilância, na respetiva circunscrição territorial, objeto do presente contrato de comodato, a contar a partir da assinatura do contrato de adjudicação do fornecimento de bens e equipamentos objeto do procedimento de contratação pública a lançar pela **Primeira Outorgante**;



- c. Exercer, perante o(s) fornecedor(es) dos bens e equipamentos que lhe foram comodatados, o direito às reclamações que resultarem de deficiência ou mau funcionamento daqueles equipamentos;
 - d. Manter em bom estado de conservação, sem prejuízo das deteriorações que resultarem do uso normal que lhe for dado e do tempo decorrido, todo o equipamento que é objeto do presente contrato de comodato;
 - e. Restituir à **Primeira Outorgante**, findo o prazo de vigência do presente contrato, quando o mesmo tenha caducado, ou tenha sido resolvido por qualquer razão, todos os equipamentos que lhe foram comodatados, a menos que determinado de forma distinta;
 - f. Não ceder a terceiro, a qualquer título, sem autorização escrita da **Primeira Outorgante**, os bens e equipamentos comodatados;
 - g. Comunicar à **Primeira Outorgante**, no prazo de trinta dias, a perda ou inutilização definitiva de qualquer os equipamentos que lhe foram comodatados, justificando os motivos da perda ou inutilização definitiva;
 - h. Assumir, sem direito a compensação pela **Primeira Outorgante**, a manutenção e conservação dos bens e equipamentos comodatados durante o prazo de vigência do presente Contrato;
 - i. Designar um representante para integrar a Comissão Técnica que apoiará o Júri do procedimento de contratação pública para aquisição do sistema de videovigilância;
 - j. Nomear um interlocutor que acompanhe junto da AML a execução do presente Contrato, durante toda a sua vigência;
 - k. Prestar ao Primeiro Outorgante toda a informação relativa ao cumprimento do presente Contrato.
 - l. Cumprir as disposições legais e regulamentares que lhe caibam relativas à publicidade do projeto.
2. Constitui ainda obrigação do **Segundo Outorgante** compensar a **Primeira Outorgante** num quinto da diferença entre o valor do contrato e o valor do investimento aprovado para cofinanciamento pelo POSEUR, com um limite máximo de vinte e quatro mil e seiscentos euros.

CLÁUSULA SEXTA

Eficácia do contrato

1. A plena eficácia do presente contrato está dependente da verificação cumulativa das seguintes condições:



- a. A assinatura de Contratos com todas as entidades com as restantes entidades componentes do sistema, ANPC, GNR e dos Municípios de Cascais e Mafra;
 - b. Lançamento e conclusão do procedimento concursal a lançar pela **Primeira Outorgante** ao abrigo do regime previsto no Código dos Contratos Públicos, para a aquisição da totalidade dos equipamentos abrangidos pela Candidatura.
2. Verificadas que forem as condições supra descritas, a execução do presente protocolo materializa-se pela entrega dos equipamentos comodatos, que devem constar de um Auto de Entrega assinado por ambas as Partes Outorgantes que identifique de forma cabal e idónea cada um dos bens.

CLÁUSULA SÉTIMA

Comunicações

Todas as comunicações entre as **Partes Outorgantes** deverão ser endereçadas para a sede das pessoas coletivas de direito público constantes do presente contrato, ou para qualquer outro endereço, incluindo eletrónico, que por ambas a parte venha a ser aceite, comprometendo-se os Outorgantes a comunicarem reciprocamente com celeridade, quaisquer alterações que se verifiquem.

CLÁUSULA OITAVA

Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste Contrato são contínuos.

CLÁUSULA NONA

Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste Contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA

Publicitação

O presente Contrato é objeto de publicitação no site institucional da AML e no site institucional do



Município de Sintra sem prejuízo da demais prevista no artigo 56º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A minuta deste Contrato foi aprovada pelo Conselho Metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa, na reunião 08 de novembro de 2019, sob a proposta n.º 212/CEML/2019 aprovada em reunião de comissão executiva de 15 de outubro, sendo tornada pública através do Edital n. 60/CML/2019.

A minuta deste Contrato foi aprovada pela Câmara Municipal de Sintra, na reunião 04 de outubro de 2019, sob a proposta n.º 795-P/2019 de 01 de outubro de 2019.

A despesa global resultante deste Contrato no valor de 24.600,00 € (vinte e quatro mil e seiscentos euros), encontra-se prevista na rubrica orçamental 12.12.1.2019.26.24 – Transferências Correntes AML e cabimentada com o n.º 7419007494 e compromisso número 7819007334 de 17-10-2019, em anexo, fazendo parte integrante deste contrato.

Este Contrato face ao seu valor global, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei número 98/97, de 26 de agosto, com as alterações vigentes.

--- O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos Outorgantes, sendo constituído por dez Cláusulas e oito folhas, todas rubricadas, com exceção da última que por todos vai ser assinada.

Sintra, 20 de novembro de 2019

O PRIMEIRO OUTORGANTE
Área Metropolitana de Lisboa

Carlos Humberto de Carvalho
Primeiro Secretário Metropolitano

O SEGUNDO OUTORGANTE
Município de Sintra

Basílio Horta
Presidente da Câmara Municipal de Sintra

COMPROMISSO



Nº de COMPROMISSO: 7819007334

Data: 17.10.2019

Data do último ajuste de valor: 17.10.2019

Regime contabilístico aplicável - POCAL

Fonte de financiamento: AC 0,00 AA 100,00 FC 0,00

Descrição: VIDEOVIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS PN SINTRA/CASCAIS

Referência:

Serviço Requisitante:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica

01.07 GIRC - Gab. Informática, Redes e Comunic

01.07.00 GIRC - Gab. Informática, Redes e Comunic

Económica:

D.04 Transferências correntes

D.04.05 Administração local

D.04.05.01 Continente

D.04.05.01.04 Associações de municípios

PPI/AMR:

12 Segurança e Ordem Pública

12.1 Proteção Civil

2019.26 Proteção Civil e Defesa Floresta

24 Trf. correntes - AML

Entidade/Fornecedor: 1000000040 AML - ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Fundo: 19114

ORÇAMENTO DE 2019

Nº Doc. financeiro: 500009550

Nº Cabimento: 7419007494 VIDEOVIGILÂNCIA CONTRA INCÊNDIOS PN SINTRA/CASCAIS

Nº Processo: CT-2019/19003614

Compr. Antigo:

Valor Cabimentado: 24.600,00

Valor Compromisso: 24.600,00

Saldo de Cabimento p/ Comprometer: 0,00

Foi validada a existência de fundos disponíveis à data

COMPROMISSOS ANOS FUTUROS

Total Compromissos 24.600,00

DATA IMPRESSÃO

17.10.2019

HORA IMPRESSÃO

11:33:16

UTILIZADOR

STSOUSA

Visto:

CARLA ESMERALDA
DA SILVA RIBEIRO

____/____/____

DAF - Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra - Tel: 219236831 Fax: 219236840

dcco@cm-sintra.pt